

Página 15

V-F 1 - Verdadeiro: Em 1945, a Carta das Nações Unidas foi negociada em San Francisco por cinquenta países com o objetivo de preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra.

Falso - A Carta das Nações Unidas foi negociada em 1945 com o principal objetivo de criar uma aliança militar permanente entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial.

V-F 2 - Verdadeiro: A principal obrigação dos membros da ONU, conforme o Artigo 2 (4), é evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado.

Falso - O Artigo 2 (4) da Carta da ONU permite que um Estado-membro use a força, desde que tal ação seja compatível com os Propósitos das Nações Unidas.

V-F 3 - Verdadeiro: Desde a sua fundação, 192 países ratificaram a Carta da ONU, tornando-se Estados-membros da Organização das Nações Unidas.

Falso - Menos de 100 países ratificaram a Carta da ONU desde sua criação, e a maioria dos países opera como observadores.

Flash-card 1 Pergunta - Quem se reuniu em 1945 em San Francisco e com qual objetivo principal?

Resposta - Representantes de cinquenta países se reuniram para criar as Nações Unidas, buscando "preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra".

Flash-card 2 Pergunta - Qual tratado foi negociado em 1945 para estabelecer a nova organização internacional?

Resposta - A Carta das Nações Unidas.

Flash-card 3 Pergunta - Qual é a principal obrigação dos membros da ONU, conforme o Artigo 2 (4) da Carta?

Resposta - Devem evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado.

Em 1945, representantes de cinqüenta países reuniram-se em San Francisco para criar uma nova organização internacional: as Nações Unidas. As negociações ocorriam logo após a Segunda Guerra Mundial, com suas dezenas de milhões de mortos, entre eles os milhões de civis massacrados no Holocausto e as centenas de milhares que morreriam em consequência das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki. Os diplomatas estavam em busca de uma instituição e de um conjunto de normas que, em suas próprias palavras, pudessem "preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra". O tratado que então negociaram — a Carta das Nações Unidas — empenhava-se em preservar a paz e criar mecanismos multilaterais de reação a ameaças à paz. Desde então, 192 países ratificaram a Carta da ONU, constituindo-se em "Estados-membros" da Organização das Nações Unidas, com todos os direitos e obrigações decorrentes.

Também aqui, a principal obrigação de cada um dos membros é estabelecida no Artigo 2 (4) da Carta da ONU:

Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas.

Página 16

V-F 1 - Verdadeiro: O sentido comum do Artigo 2 (4) da Carta da ONU, corroborado pela Convenção de Viena de 1969, é que o emprego da força além-fronteiras é categoricamente proibido.

Falso - O Artigo 2 (4) da Carta da ONU proíbe o uso da força, mas permite exceções discricionárias desde que haja consulta a um membro permanente.

V-F 2 - Verdadeiro: O Conselho de Segurança da ONU possui o poder de autorizar o emprego da força para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais, sendo esta a primeira exceção à proibição do uso da força.

Falso - A Assembleia Geral da ONU, e não o Conselho de Segurança, possui o poder de autorizar o emprego da força em situações de ameaça à paz global.

V-F 3 - Verdadeiro: Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (Grã-Bretanha, China, França, Estados Unidos e Rússia) desfrutam do poder de veto sobre qualquer resolução proposta.

Falso - Os membros permanentes do Conselho de Segurança têm voto de qualidade, mas não podem vetar as resoluções que alcançarem nove votos favoráveis.

Flash-card 1 Pergunta - Qual é o sentido comum do Artigo 2 (4) da Carta da ONU, corroborado pela Convenção de Viena de 1969?

Resposta - É categoricamente proibido o emprego da força além-fronteiras.

Flash-card 2 Pergunta - O que a primeira exceção à proibição do emprego da força, estabelecida na Carta da ONU, confere ao Conselho de Segurança?

Resposta - O poder de autorizar o emprego da força "para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais".

Flash-card 3 Pergunta - Quem são os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e qual poder eles possuem?

Resposta - Grã-Bretanha, China, França, Estados Unidos e Rússia; eles desfrutam do poder de veto sobre qualquer resolução proposta.

Interpretado de acordo com a Convenção de Viena de 1969 sobre o Direito dos Tratados, o sentido comum do Artigo 2 (4) é claro: é categoricamente proibido o emprego da força além-fronteiras. Esta interpretação é corroborada pelo contexto da Carta, por seu objetivo e sua finalidade. O preâmbulo da Carta da ONU afirma que ela se destina a "garantir, pela aceitação de princípios e a

instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum". A Carta estabelece duas únicas exceções à proibição do emprego da força. A primeira confere ao Conselho de Segurança da ONU, órgão decisório especializado formado por representantes de "quinze países membros das Nações Unidas, o poder de autorizar o emprego da força "para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais".

Dos quinze países do Conselho de Segurança, cinco — Grã-Bretanha, China, França, Estados Unidos e União Soviética (hoje Rússia) — desfrutam da situação de "membros permanentes". Cada membro permanente tem poder de voto sobre qualquer resolução proposta. Às vezes, a simples ameaça de voto é suficiente para impedir que uma resolução seja levada a votação. Na ausência de voto, são necessários nove votos para que uma resolução seja aprovada. Isto significa que é preciso obter o apoio de pelo menos quatro membros não-permanentes para que uma resolução seja adotada, e de mais de quatro, caso um ou mais dos membros permanentes se abstenha de votar. No início de 2003, a decisão do governo britânico de não submeter a votação sua chamada "segunda resolução" sobre o Iraque foi igualmente condicionada pela oposição de membros não-permanentes e pela ameaça de voto por parte da França e da Rússia.

De acordo com o Capítulo VII da Carta da ONU, o Conselho de Segurança tem ampla autoridade para determinar "a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão". O Conselho também dispõe de ampla autoridade para decidir que medidas devem ser tomadas para "manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais". Entre essas medidas podem estar a imposição de sanções econômicas e, o que é ainda mais significativo, a autorização para o emprego da força militar contra países recalcitrantes.

Durante a Guerra Fria, o poder do Conselho de Segurança da ONU de autorizar o emprego da força praticamente não foi exercido, à parte uma possível ambígua autorização na Coréia e uma clara mas muito limitada autorização ao Reino Unido, em relação à Rodésia do Sul.

Em 1950, a invasão da Coréia do Sul pela Coréia do Norte levou o re-criado Conselho de Segurança a "recomendar" que os países-membros da ONU "fornecessem à Coréia do Sul a assistência necessária para rechaçar o ataque armado e restabelecer a paz e a segurança internacionais na região". A resolução foi altamente polêmica. Em primeiro lugar, a União Soviética boicotou a reunião do Conselho em que foi aprovada a resolução. Pela interpretação segundo o sentido comum do Artigo 27 (3) da Carta da ONU, que estipula que quaisquer resoluções de caráter substantivo devem receber os "votos afirmativos" de todos os membros permanentes, a ausência da União Soviética deveria ter impedido a adoção da resolução. Todavia, a maioria dos governos considerou-a válida. Em segundo lugar, como a resolução recomendava — não chegando a autorizar expressamente — o emprego da força, cabia questionar se o Conselho de Segurança efetivamente estava fazendo uso dos poderes a ele conferidos no Capítulo VII.

A Guerra da Coreia teve uma importante consequência no que diz respeito ao direito internacional sobre o emprego da força. Hoje, considera-se em geral que a ausência ou abstenção por parte de um ou mais dos membros permanentes do Conselho de Segurança não invalida as resoluções que estão sendo votadas. Se quiser impedir a adoção de uma resolução, qualquer membro permanente deve dar seu voto negativo. Hoje, os membros permanentes empenham-se em comparecer a todas as reuniões do Conselho de Segurança, para não contribuir com sua ausência para as iniciativas dos países a cujas políticas se opõem.

Página 17

V-F 1 - Verdadeiro: A Assembleia Geral da ONU pode apenas recomendar sanções econômicas ou ações militares, não tendo poderes para autorizá-las.

Falso - Embora a Assembleia Geral não possa autorizar ações militares, ela pode impor sanções econômicas de caráter obrigatório.

V-F 2 - Verdadeiro: A Resolução 221, adotada em relação à Rodésia do Sul, exortou o Reino Unido "a impedir, se necessário pelo uso da força," a chegada de navios-cisterna suspeitos de transportar petróleo destinado ao país.

Falso - A Resolução 221 impôs um embargo de armas total à Rodésia, mas proibiu expressamente o uso da força pelo Reino Unido.

V-F 3 - Verdadeiro: A Resolução 221 é considerada um marco, pois constituiu a provável primeira ocasião em que o Capítulo VII da Carta da ONU foi usado para autorizar o emprego da força.

Falso - O Capítulo VII foi usado pela primeira vez de forma inequívoca em 1950, durante a Guerra da Coreia, quando o Conselho de Segurança autorizou as ações militares da coalizão.

Flash-card 1 Pergunta - O que a Assembleia Geral da ONU pode fazer em relação a sanções econômicas ou ações militares?

Resposta - A Assembleia Geral pode apenas recomendar sanções econômicas ou ações militares, não tendo poderes para autorizá-las.

Flash-card 2 Pergunta - Qual foi o evento que levou o Conselho de Segurança a adotar a Resolução 221 e o que ela determinava ao Reino Unido?

Resposta - A chegada de navios-cisterna transportando petróleo destinado à Rodésia do Sul; exortava o Reino Unido "a impedir, se necessário pelo uso da força," a chegada desses navios.

Flash-card 3 Pergunta - Por que a Resolução 221, que lidava com a Rodésia do Sul, é considerada um marco?

Resposta - Ela constituiu a primeira ocasião provável em que o Capítulo VII da Carta da ONU veio a ser usado para autorizar o emprego da força.

Em 1964, Ian Smith, o líder da Frente Rodesiana, tornou-se primeiro-ministro da colônia britânica da Rodésia do Sul. Tendo fracassado na tentativa de convencer Londres a conceder a liberdade à colônia, Smith e seu governo lançaram em 11 de novembro de 1965 uma "proclamação unilateral de independência", com governo da minoria branca.

A Assembleia Geral da ONU, organismo constituído por todos os países-membros, adotara sua primeira resolução sobre a Rodésia em 1961. A resolução lamentava "a negação de direitos e liberdades políticos iguais à vasta maioria do povo da Rodésia do Sul". Entretanto, a Assembleia Geral pode apenas recomendar sanções econômicas ou ações militares, não tendo poderes para

autorizá-las. Assim sendo, em 1965, a Assembléia reagiu à declaração de independência rodesiana condenando-a como uma “rebelião” por parte de “autoridades nãoconstituídas” e uma “minoría racial”, e recomendando que o Conselho de Segurança examinasse a situação “em caráter de urgência”.

O Conselho de Segurança condenou “a usurpação do poder por uma minoria de colonos racistas”, afirmando que a declaração de independência não tinha “validade jurídica”. O Conselho também exortou todos os países a romper relações econômicas com a Rodésia, mas não impôs sanções nem autorizou o emprego da força.

Cinco meses depois, o Conselho de Segurança foi informado de que consideráveis quantidades de petróleo estavam para ser desembarcadas na Rodésia a partir de navios-cisterna que escoavam o produto através de dutos ativados no porto moçambicano de Beira. O Conselho reagiu adotando a Resolução 221, estabelecendo que a situação configurava uma “ameaça à paz”. Mais significativo ainda era que a resolução exortava o Reino Unido “a impedir, se necessário pelo uso da força, a chegada de navios sob razoável presunção de estarem transportando petróleo destinado à Rodésia do Sul”.

Embora a Resolução 221 não se referisse expressamente aos poderes conferidos ao Conselho de Segurança pelo Capítulo VII, a resolução provavelmente constituía a primeira ocasião em que este trecho da Carta da ONU vinha a ser usado. É digno de nota que a resolução simplesmente tenha sido adotada, considerando-se o intenso clima de rivalidade entre as duas superpotências detentoras do direito de voto. A natureza específica da situação na Rodésia do Sul — uma rebelião de uma minoria branca racista numa região do mundo em que a União Soviética e os Estados Unidos competiam por influência sobre governos de países negros recentemente tornados independentes —, assim como os estreitos limites estabelecidos na aparente autorização dada ao Reino Unido, ajudam a entender o fato de que tenha sido adotada.

Oito meses depois, em dezembro de 1966, o Conselho de Segurança impôs o primeiro conjunto de sanções econômicas de caráter obrigatório na história da ONU. Na Resolução 232, o Conselho estabelecia mais uma vez que a situação na Rodésia constituía uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Utilizando a fórmula “todos os países-membros das Nações Unidas impedirão”, para evitar qualquer ambiguidade, a resolução proibia a importação de quaisquer dos principais produtos da Rodésia, assim como a exportação de armas, petróleo e seus derivados para o país. O embargo, de caráter impositivo, seria posteriormente ampliado, passando a suspender as ligações aéreas, proibir a aceitação de passaportes rodesianos, retirar do país todos os representantes consulares e comerciais e romper todas as relações diplomáticas e as linhas de transporte terrestre.

Foi necessária quase uma década, mas todas essas pressões externas acabaram levando a negociações envolvendo todas as partes interessadas em Lancaster House, Londres, em 1979. Os entendimentos resultaram num acordo de paz e na adoção de uma nova constituição, assegurando os direitos das minorias no país. Em 1980, Robert Mugabe e seu Partido Zanu venceram as eleições, sob supervisão britânica. Mugabe foi nomeado primeiro-ministro, e no dia 18 de abril de 1980 a colônia da Rodésia do Sul transformou-se num país independente, o Zimbábue. Embora a autorização do emprego da força por parte do Conselho de Segurança tenha desempenhado um papel mínimo na mobilização internacional que acabou levando à soberania do Zimbábue, a Resolução 221 constitui um marco na história das normas internacionais sobre o emprego da força, e em particular do Capítulo VII da Carta da ONU.

Página 18

V-F 1 - Verdadeiro: O período de inatividade do Conselho de Segurança, que coincidiu com a Guerra Fria, chegou ao fim quando o Iraque invadiu e ocupou o Kuwait em 1990.

Falso - O período de inatividade do Conselho de Segurança terminou com as ações de manutenção da paz na Bósnia em 1992.

V-F 2 - Verdadeiro: A Resolução 678 autorizava os países cooperantes a “empregar todos os meios necessários” para expulsar as forças iraquianas, sendo esta formulação destinada a autorizar o emprego da força militar.

Falso - A Resolução 678, adotada em 1990, apenas impôs sanções econômicas rígidas ao Iraque, mas não continha autorização explícita para o uso de força militar.

V-F 3 - Verdadeiro: A Operação Tempestade no Deserto foi um sucesso estrondoso que reforçou a autoridade do Conselho de Segurança e refletiu um exercício de multilateralismo global.

Falso - A Operação Tempestade no Deserto foi um sucesso militar, mas foi criticada por enfraquecer o multilateralismo e a autoridade do Conselho de Segurança.

Flash-card 1 Pergunta - Qual evento marcou o fim do período de inatividade do Conselho de Segurança durante a Guerra Fria?

Resposta - A invasão e ocupação do Kuwait pelo exército do Iraque em 2 de agosto de 1990.

Flash-card 2 Pergunta - Qual foi a Resolução que estabeleceu o prazo final de 15 de janeiro de 1991 para a retirada do Iraque do Kuwait e o que ela autorizava?

Resposta - A Resolução 678, que autorizava os países cooperantes a “empregar todos os meios necessários” para expulsar as forças iraquianas.

Flash-card 3 Pergunta - Qual o significado da Operação Tempestade no Deserto para a autoridade do Conselho de Segurança?

Resposta - Foi um estrondoso sucesso, reforçando a autoridade do Conselho de Segurança e refletindo um exercício de multilateralismo global.

O período de inatividade do Conselho de Segurança, coincidindo com a Guerra Fria, chegou ao fim quando o exército do Iraque invadiu e ocupou o pequeno país vizinho do Kuwait, a 2 de agosto de 1990. A invasão configurava flagrante violação da Carta da ONU e de sua proibição, no Artigo 2 (4), do emprego da força contra “a integridade . territorial ou a independência política” de qualquer país-membro da ONU. O Conselho de Segurança reagiu já no dia seguinte, adotando a Resolução 660. Agindo expressamente nos termos do Capítulo VII, o Conselho condenou a invasão e exigiu que o Iraque imediatamente se retirasse do Kuwait. Dias depois, o Conselho impunha ao Iraque rigorosas sanções econômicas.

Seguiram-se quatro meses de intensa atividade diplomática, tentando os líderes mundiais convencer o presidente iraquiano Saddam Hussein a cumprir as leis internacionais e as ordens do Conselho de Segurança. Como Saddam se recusasse, o Conselho de Segurança aumentou a pressão. No dia 29 de novembro de 1990, o Conselho adotou a Resolução 678, na qual decidia “dar ao

Iraque uma última oportunidade" de retirar suas tropas do Kuwait, estabelecendo como prazo final o dia 15 de janeiro de 1991. Não se tratava de um gesto no vazio. À Resolução 678, expressamente adotada no contexto do Capítulo VII, tal como a Resolução 670, também autorizava os países que cooperavam com o governo do Kuwait a "empregar todos os meios necessários" para expulsar as forças iraquianas e "restabelecer a paz e a segurança internacionais na região" — caso o Iraque não retirasse suas tropas. À formulação "empregar todos os meios necessários" destinava-se claramente a autorizar o emprego da força militar.

Ao vencer O prazo, a coalizão de forças liderada pelos EUA já havia mobilizado quase 700 mil militares na região; foi necessário pouco tempo, em seguida, para expulsar as tropas de Saddam do Kuwait.

A Operação Tempestade no Deserto foi um estrondoso sucesso, não só do ponto de vista militar, como também para a autoridade do Conselho de Segurança e, de maneira geral, para a ONU. O presidente George H.W. Bush falava então, orgulhosamente, de uma "nova ordem mundial", que se refletia neste exercício de multilateralismo global. Infelizmente, a nova ordem de Bush era extraordinariamente frágil, como logo demonstrariam os acontecimentos nos Balcãs.

A Bósnia-Herzegovina mergulhou em guerra de abril de 1992 a novembro de 1995, após o colapso da República Federal da Iugoslávia e o surgimento de tensões étnicas que desde a Segunda Guerra Mundial vinham sendo em grande medida recaladas por um regime totalitário. Uma característica essencial do conflito era a prevalência de matanças, estupros e expulsões de motivação étnica, envolvendo basicamente vítimas muçulmanas. Nos cinco primeiros meses do conflito, mais de 700 mil pessoas foram expulsas de uma região correspondente a setenta por cento do território da Bósnia-Herzegovina. As atrocidades então cometidas eram da alcada da Convenção sobre a Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio (a Convenção sobre o Genocídio), cujo Artigo 2 estabelece:

Na presente Convenção, genocídio significa qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de eliminar, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso:

- (a) Matar membros do grupo;
- (b) Causar sérios danos corporais ou mentais a membros do Stupo;
- (c) Infligir deliberadamente ao grupo condições de vida destinadas a provocar sua eliminação física, no todo ou em parte;
- (d) Impor medidas destinadas a impedir nascimentos no grupo;
- (e) Transferir crianças do grupo à força para outro grupo.

Página 19

V-F 1 - Verdadeiro: Durante a Guerra da Bósnia, a maioria dos funcionários governamentais e jornalistas adotou o eufemismo sérvio "limpeza étnica" para evitar o clamor público do termo "genocídio".

Falso - Os governos ocidentais usaram o termo "genocídio" de forma precisa e frequente na Bósnia para mobilizar a opinião pública em favor de uma intervenção militar.

V-F 2 - Verdadeiro: O embargo de armas imposto à antiga Iugoslávia pela Resolução 713 (Capítulo VII) foi prejudicial, pois manteve o desequilíbrio militar entre as forças sérvias e os muçulmanos da Bósnia.

Falso - O embargo de armas foi eficaz na Bósnia, pois impedi que as milícias sérvias obtivessem armas pesadas e restaurou o equilíbrio militar na região.

V-F 3 - Verdadeiro: O Conselho de Segurança criou o Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia (ICTY) sob o Capítulo VII, o que lhe conferiu jurisdição imediata sem necessitar do consentimento individual dos países.

Falso - O Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia (ICTY) foi criado por um tratado em 1993, necessitando da ratificação dos países da região para ter jurisdição.

Flash-card 1 Pergunta - Qual eufemismo foi adotado para se referir aos horrores na Bósnia, permitindo aos governos ocidentais evitar o clamor público do termo "genocídio"?

Resposta - O eufemismo sérvio "limpeza étnica".

Flash-card 2 Pergunta - Qual foi a consequência prejudicial do embargo de armas imposto à antiga Iugoslávia pela Resolução 713?

Resposta - Contribuiu para manter um desequilíbrio militar entre as forças sérvias, bem armadas, e os muçulmanos não tão bem armados da Bósnia.

Flash-card 3 Pergunta - Qual medida inédita, sob o Capítulo VII, o Conselho de Segurança tomou em 1993, servindo de modelo para tribunais posteriores?

Resposta - A criação do Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia (ICTY), sediado em Haia, para julgar atrocidades.

Durante a Guerra da Bósnia, a maioria dos jornalistas e funcionários governamentais também adotou o eufemismo sérvio "limpeza étnica" para se referir aos horrores que eram cometidos. À utilização dessa nomenclatura permitiu aos governos ocidentais evitar o clamor que certamente se teria manifestado na opinião pública se tivesse sido empregado o termo "genocídio", mais exato e de mais forte ressonância moral. Pode ter-se tratado inclusive de uma tentativa desses mesmos governos de se eximir de sua responsabilidade de "impedir e punir" o genocídio, nos termos do Artigo 1 da Convenção sobre o Genocídio. * Todavia, a terminologia evasiva não impediu que o Holocausto fosse evocado em referência à situação na Bósnia. Cerca de 250 mil pessoas foram mortas, milhões perderam suas casas e mulheres em incontável quantidade foram estupradas e engravidadas à força — tudo isto num continente europeu que, em rápido processo de unificação após o fim da Guerra Fria, tinha como uma de suas principais missões a promoção dos direitos humanos.

Pouco depois do início da guerra, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 713. Adotada expressamente nos termos do Capítulo VII da Carta da ONU, a resolução impunha um embargo de armas a toda a antiga Iugoslávia. Pode-se considerar que o embargo acabou sendo mais prejudicial que benéfico, pois contribuiu para manter um desequilíbrio militar entre as forças sérvias, que haviam herdado a maior parte das armas pesadas do antigo exército iugoslavo, e os muçulmanos não tão bem armados da Bósnia. Posteriormente, os Estados Unidos tentariam rescindir a resolução e levantar o embargo, mas não

conseguiram fazê-lo, em vista da oposição da Rússia, preocupada com a influência norte-americana na região e identificada em termos religiosos com os ortodoxos sérvios. O embargo de armas contra a antiga Iugoslávia manteve-se em vigor até que os acordos de Dayton puseram fim ao conflito em novembro de 1995, embora houvesse contrabando de armas para o interior do país, em certos casos com a ajuda dos Estados Unidos.

Em 1992, o Conselho de Segurança da ONU, agindo nos termos do Capítulo VII, criou a Força de Proteção das Nações Unidas (Unprofor, na sigla em inglês) para o estabelecimento, na antiga Iugoslávia, de um processo de manutenção da paz, consistindo na fiscalização, sem uso da violência, dos acordos de cessar-fogo, inclusive mediante o estabelecimento de uma presença neutra em zonas-tampão. Em 1993, o Conselho de Segurança ampliou o mandato da força, que passou a incluir a criação e a proteção de "zonas de segurança" na Bósnia. Naquele mesmo ano, mais uma vez agindo de acordo com o Capítulo, VII, o Conselho tomou a medida inédita de criar um tribunal internacional para julgar indivíduos acusados de terem cometido atrocidades e impedir novas violações do direito internacional. O Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia (International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia, ICTY), sediado em Haia, é um órgão subsidiário do Conselho de Segurança da ONU. Tem jurisdição para investigar e julgar crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos na antiga Iugoslávia desde 1991. A jurisdição estendeu-se até a guerra de 1999 no Kosovo, prevalecendo ainda hoje. Além disso, como o Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia foi criado por uma resolução escorada no Capítulo VII e não por um tratado, sua jurisdição teve efeito imediato — sem necessidade de consentimento individualmente dado pelos países. Slobodan Milosevic, o expresidente da Iugoslávia, não pôde, assim, esquivar-se ao tribunal, e desde 2001 está sendo julgado em Haia. Em 1994, o Conselho de Segurança da ONU seguiu o modelo do Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia ao criar o Tribunal Penal Internacional para Ruanda, embora a jurisdição deste tribunal se limite a acontecimentos verificados em 1994, o ano em que ocorreu o genocídio. Estes dois tribunais constituíram importantes modelos para a criação do Tribunal Penal Internacional, instituição permanente dotada de jurisdição muito mais ampla, criada em 1998 por um tratado que entrou em vigor em 2002. Os dois também proferiram algumas condenações, abriram importantes precedentes em questões de direito penal internacional e contribuíram para a causa da justiça internacional.

Página 20

V-F 1 - Verdadeiro: O bombardeio da OTAN em 1993 contra alvos sérvios na Bósnia foi promovido sob o mandato complexo da Resolução 836 do Conselho de Segurança.

Falso - O bombardeio da OTAN em 1993 foi uma ação unilateral, não relacionada a qualquer mandato ou cooperação com a ONU.

V-F 2 - Verdadeiro: O massacre de mais de sete mil homens e meninos muçulmanos em Srebrenica, em 1995, foi confirmado pelo Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia (ICTY) como um ato de genocídio.

Falso - O ICTY reverteu a condenação inicial de Radislav Krstic, concluindo que o massacre de Srebrenica, embora grave, não cumpria os requisitos legais para ser classificado como genocídio.

V-F 3 - Verdadeiro: A promotora Carla del Ponte criticou a falta de vontade política dos governos de países-membros da OTAN para capturar os principais acusados foragidos, como Radovan Karadzic e Ratko Mladic.

Falso - A crítica de Carla del Ponte foi principalmente dirigida à ineficácia do Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia em manter os réus sob custódia após o julgamento.

Flash-card 1 Pergunta - Por que a OTAN bombardeou armas e linhas de abastecimento sérvias na Bósnia em 1993?

Resposta - Constrangida ante os massacres que ocorriam nas "zonas de segurança" da ONU e a incapacidade dos europeus de impedi-los.

Flash-card 2 Pergunta - Qual trágico evento de 1995 ocorreu na "zona de segurança" de Srebrenica e foi confirmado como genocídio pelo TPII?

Resposta - O massacre de mais de sete mil homens e meninos muçulmanos.

Flash-card 3 Pergunta - O que a persistência dos foragidos Radovan Karadzic e Ratko Mladic evidencia, conforme a crítica da promotora Carla del Ponte?

Resposta - O caráter transitório e oportunista da maior parte dos esforços internacionais no sentido de impedir ou punir os crimes internacionais.

Em 1993, a Otan, constrangida ante os massacres que ocorriam nas "zonas de segurança" da ONU na antiga Iugoslávia e a incapacidade dos europeus de impedi-los, bombardeou armas e linhas de abastecimento sérvias na Bósnia. O bombardeio foi promovido de acordo com um complexo mandato, conferido através da Resolução 836 do Conselho de Segurança da ONU, de 4 de junho de 1993, que determinava estreita cooperação, a respeito dos alvos a serem visados, entre a Otan e o secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali. O acordo revelou-se de complicada e ineficaz concretização. Em julho de 1995, mais de sete mil homens e meninos muçulmanos foram massacrados na "zona de segurança" de Srebrenica enquanto 400 militares holandeses das forças de manutenção da paz observavam, sem terem conseguido o solicitado apoio aéreo da Otan. Em 2001, o Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia confirmou que o massacre constituía ato de genocídio, ao condenar Radislav Krstic, o general iugoslavo responsável, a uma pena de 46 anos de prisão.

As tentativas internacionais de restabelecer a paz na antiga Iugoslávia foram de maneira geral constrangedoramente ineficazes, não por causa da inexistência de leis internacionais, mas em vista de uma quase total ausência de vontade política. Esta falta de vontade política persists atualmente: em dezembro de 2004, Carla del Ponte, a promotora do Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia, criticou publicamente os governos dos países-membros da Otan por terem feito muito pouco ao longo de uma década para levar ao banco dos réus os dois principais acusados pelas atrocidades cometidas na BósniaHerzegovina, Radovan Karadzic e Ratko Mladic. O fato de os dois, já indiciados, continuarem foragidos nas montanhas da região leste da Bósnia constitui uma terrível prova do caráter transitório e oportunista da maior parte dos esforços internacionais no sentido de impedir ou punir os crimes internacionais.

Dito isto, as quatro situações analisadas neste capítulo — Coréia (1950), Rodésia do Sul (1966), Iraque (1990-91) e Bósnia-Herzegovina (1992-95) — permitiram ao Conselho de Segurança da ONU exercer os poderes que lhe são conferidos pelo

Capítulo VII para autorizar o emprego da força de formas novas e diferentes. Com a exceção do Iraque, contudo, o tom em todo este período foi constantemente de hesitação, pois a política no Conselho, organismo intrinsecamente político, o impedia de agir decisivamente e de forma expansiva para preservar e restabelecer a paz. Este quadro desalentador começou a mudar na década de 1990, como veremos no próximo capítulo.